

**Esclarecimento 08/02/2021 12:38:16**

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL 01/2021 1) Conforme determinação das normas fiscais em vigor, a Contratante está obrigada a emitir notas fiscais distintas para produtos (mídias criptográficas), certificados digitais e validações presenciais. Lembramos ao contratante que as distinções das notas fiscais seguem a regulamentação de ISS e ICMS. A contratante concorda com essas condições? 2) Em relação às validações na Contratante, poderá ser estabelecido junto a contratada um cronograma para execução do objeto, considerando um volume fixo de validações/dia (10 certificados) para que o tempo seja otimizado? 3) A Contratante disponibilizará a contratada para as emissões dos certificados, impressora, scanner, telefone e internet para que os atendimentos sejam executados com eficiência, considerando que poderá haver intermitência no sinal do 4G, impactando diretamente no tempo do atendimento? 4) Considerando o cenário atual do Brasil a respeito do Coronavírus (COVID-19), questionamos ao Contratante de que forma serão conduzidas as validações presenciais para as emissões dos certificados digitais? 5) A contratante pode disponibilizar os valores unitários estimados para o objeto desta licitação? 6) A Contratante informa que já possui os tokens dos modelos "SafeNet 5100" e "ePass2003". A Contratante entende que a Contratada precise homologar os tokens para que não haja qualquer incompatibilidade durante o período contratual? 7) De acordo com o Item 6 "O prazo de atendimento, depois de realizado o chamado, é de até 2 (dois) dias úteis para a capital e 5 (cinco) para as comarcas do interior do Estado". Devido ao deslocamento entre as cidades, perguntamos a Contratante se é possível prorrogar o prazo de atendimento para no mínimo 15 (quinze) dias corridos, para programamos junto com os parceiros da região? 8) De acordo com o subitem 8.3. ITEM 03 - "Certificado Digital A3 com Token Pessoa Jurídica (e-CNPJ)" e subitem 4. "Ser instalado em token criptográfico com homologação válida junto à ICP-Brasil, sendo a mídia criptográfica (token) de responsabilidade do contratante" Entendemos que não cabe a CONTRATADA ofertar a mídia criptográfica (Token), conforme descrito no subitem 4 acima. É correto o entendimento? 9) Ressaltamos que a configuração inicial dos tokens é de acordo com a normativa do ITI (Instituto de Tecnologia da Informação) órgão que regula a certificação digital no Brasil por motivos de segurança, onde exige no DOC ICP-10, no MCT3- vol II, pag. 51 e 54 que: "2.2.10.2 Bloqueio do PIN REQUISITO I.56: Por questões de segurança (contra ataques de adivinhação do PIN por meio de sucessivas tentativas), o módulo criptográfico deve bloquear o PIN do papel de acesso usuário após, no máximo, 5 tentativas mal sucedidas". 2.2.10.6 Bloqueio do PUK REQUISITO I.62: Por questões de segurança (contra ataques de adivinhação do PUK por meio de sucessivas tentativas), o módulo criptográfico deve bloquear o PUK após, no máximo, 5 tentativas mal sucedidas. A contratante está ciente e concorda com as normativas do ITI? 10) Ressaltamos que a configuração inicial dos tokens é de acordo com a normativa do ITI (Instituto de Tecnologia da Informação) órgão que regula a certificação digital no Brasil por motivos de segurança, onde exige no DOC ICP-10, no MCT3- vol II, pag. 51 e 54 que: "2.2.10.2 Bloqueio do PIN REQUISITO I.56: Por questões de segurança (contra ataques de adivinhação do PIN por meio de sucessivas tentativas), o módulo criptográfico deve bloquear o PIN do papel de acesso usuário após, no máximo, 5 tentativas mal sucedidas". 2.2.10.6 Bloqueio do PUK REQUISITO I.62: Por questões de segurança (contra ataques de adivinhação do PUK por meio de sucessivas tentativas), o módulo criptográfico deve bloquear o PUK após, no máximo, 5 tentativas mal sucedidas. A contratante está ciente e concorda com as normativas do ITI? 11) De acordo com o subitem 8.4. ITEM 04 - "Certificado digital wildcard para servidores web" e subitem 18. "Validade mínima de 24 (vinte e quatro) meses, contada a partir da data de sua emissão". Em relação à validade do certificado digital SSL, vide item 18 acima, informamos a divulgação recente pela mídia (Fórum CA/Browser), que partir de 1º de setembro/2020 os principais navegadores de internet (Chrome, Safari e Mozilla Firefox) não aceitarão como confiáveis certificados SSL/TLS com validade de superiores a 1 ano. Fontes: <https://abeinfobrasil.com.br/certificados-ssl-passam-a-ter-validade-de-um-ano-conheca-os-motivos-e-osimpactos/> <https://www.globalsign.com/pt-br/blog/maximum-ssl-tls-certificate-validity-now-one-year> <http://www.tjpi.jus.br/intranet/tjpi/EstruturaOrganizacional>". Em relação às validações, informamos que os postos de atendimento credenciados, tem uma mudança constante (abrem e fecham), e foge completamente ao controle da CONTRATADA. Diante disso, dado a extensão do estado do Piauí e prezando pela ampla competitividade do certame, entendemos que caso a Contratada não possua posto de atendimento em alguma das Regiões listadas na tabela 01 do subitem 8.5 no momento da solicitação, as validações poderão ocorrer de três formas: Na Capital (Teresina); No Posto de Atendimento da Contratada mais próximo; Ou até mesmo, em último caso mediante uma visita presencial nas dependências da CONTRATANTE, de um Agente de Registro devidamente credenciado pela Contratada. Está correto o entendimento?



Resposta 08/02/2021 12:38:16

RESPOSTAS AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL 01/2021 Resposta ao Quesito 1) Sim, contanto que a nota fiscal seja apresentada. Resposta ao Quesito 2) Não. Atualmente a demanda por emissão de novos certificados é baixa. Outrossim, a necessidade de renovação de certificados vincendo é alta. Nesse sentido, as solicitações para emissão e/ou renovações de certificados dependerão das necessidades do TJPI, a serem apuradas conforme a demanda do Órgão, mas sempre em observância do quantitativo mínimo de 10 (dez) certificados digitais por visita. Resposta ao Quesito 3) Sim. Todo o material de informática e escritório necessário para a emissão dos certificados será fornecido pelo TJPI. Resposta ao Quesito 4) O TJPI disponibilizará ambiente apropriado nas dependências de qualquer das unidades do Órgão para que a CONTRATADA realize seus serviços. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí já vem tomando todas as precauções e medidas sanitárias adequadas para garantir a segurança de seus magistrados, servidores, visitantes e público em geral, neste último incluídos os funcionários da CONTRATADA. Resposta ao Quesito 5) Não. Tendo em vista que o Edital 01/2021 não estabeleceu valor máximo/estimado para os itens, subentende-se que possuem caráter sigiloso. Fundamento normativo: Art. 15, caput, Decreto n. 10.024/2019 ("Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.") Resposta ao Quesito 6) Sim, desde que a CONTRATADA não exija, com fulcro em eventual homologação anterior à emissão de certificado, que os tokens pertencentes ao TJPI (Safenet 5100 e ePass2003) possuam determinadas características que não estejam em conformidade com as características originais destes. Resposta ao Quesito 7) Não. Os prazos para atendimento serão aqueles descritos no Edital e seus anexos. Resposta ao Quesito 8) Sim, está correto o entendimento. Resposta ao Quesito 9) Sim, estamos cientes e concordamos com as normativas do ITI. Resposta ao Quesito 10) Sim, estamos cientes e concordamos com as normativas do ITI. Resposta ao Quesito 11) Não, o entendimento está incorreto. Diante do novo cenário de segurança determinado pelos principais navegadores e para evitar desconformidade técnico-legal com a aceitação dos itens objeto desta licitação; decidiu-se editar uma ERRATA ao Termo de Referência 117/2020 que baliza o presente certame com alteração da validade do Item 04 de 24 (vinte e quatro) meses para 12 (doze) meses. Resposta ao Quesito 12) Não está correto o entendimento. As emissões de certificado AC-JUS A3 pessoa física deverão ser realizadas preferencialmente de forma remota pela internet. No caso de não ser possível a validação e emissão pela internet, o TJPI designará local e data adequados (podendo ser capital ou interior) e comunicará a CONTRATADA a quantidade de certificados a serem emitidos (observando o mínimo de dez) bem como os prazos para atendimento e a(s) cidade(s) onde deverá(ão) ser prestados o serviço. Caso a CONTRATADA possua posto de atendimento credenciado na cidade indicada pelo TJPI, a CONTRATADA poderá fazer uso deste. Caso não haja posto de atendimento, a CONTRATADA prestará o serviço nas dependências do Órgão.

Fechar